

4. *PELA VALORIZAÇÃO DO PARLAMENTAR*⁴

Foram longos anos de lutas, sangrentas muitas vezes, que fizeram com que o povo conseguisse sacar do soberano, exercente do poder monocrático, a competência para ditar os rumos do Governo. Em outras palavras: legislar. A vontade do rei foi substituída pela vontade da lei. E esta passou a ser fruto da vontade de todos e não da vontade individual. Ao rei restou a competência para executar: o Poder Executivo.

Como todo o povo não pode reunir-se para deliberar, a via encontrada foi a de representação popular. Nasceram, assim, as Casas Legislativas.

O Legislativo é, portanto, a revelação da democracia. Seu suporte. Seu sustentáculo. Sem ele, o poder volta a ser individual. Não de todos.

As Câmaras Legislativas são, por excelência, as Casas que congregam as aspirações populares. Seus integrantes, escolhidos a cada quatro anos, representam os interesses grupais e coletivos, sendo reeleitos quando recebem a aprovação dos eleitores. Por isso mesmo, todo parlamentar exerce com legitimidade o seu mandato, devendo ser respeitado em função da representação a ele conferida. Por isso, preocupa-nos a crítica generalizada e indistinta contra a figura do parlamentar, como se ele fosse responsável exclusivo por todas as mazelas de nossa cultura política.

Parcela ponderável da imagem negativa do parlamentar brasileiro, identificado por pesquisa de opinião pública, se deve ao desconhecimento sobre os limites de sua atuação parlamentar. O fato de não estar presente em Plenário, em determinados momentos, não quer significar, na maior parte das vezes, que seja um contumaz relapso, como freqüentemente se propaga. É sempre conveniente lembrar que um parlamentar está em intensa atividade, quando participa de reuniões nas Comissões Temáticas ou mesmo por ocasião de contatos com as bases.

Afinal de contas, a dinâmica processual de uma Casa como a Câmara Federal deve, e muito, aos grupos técnicos de parlamentares que,

em um primeiro momento, estudam, debatem e votam matérias de alta complexidade. As sessões de Plenário constituem a última instância do processo parlamentar. Quanto aos contatos com as bases, todos sabem a importância da relação direta entre o parlamentar e o eleitor, seja na aferição dos climas ambientais, seja na coleta de sugestões ou mesmo no atendimento às legítimas reivindicações dos grupos organizados da sociedade civil.

Há reclamações quanto à lentidão do processo decisório. É verdade que as votações não se sucedem num ritmo condizente com as necessidades do País. Nesse sentido, a par de aperfeiçoamentos no calendário de debates e votações, temos de trabalhar com a idéia avançada do voto, seguro e ágil, dado pelo parlamentar. Mas também devemos ressaltar que a lentidão do processo de formação da lei é compatível com a democracia, já que enseja amplo debate da matéria. A medida provisória, por exemplo, é de rápida elaboração. Porém, a crítica que a ela se faz é exatamente em razão da ausência do debate.

A otimização das atividades deverá, ainda, estar amparada na qualificação e no adensamento das assessorias técnicas, com a implantação de controles que garantam a eficiência, a agilidade e a fluidez dos pareceres e projetos. O importante é a calibragem do trabalho parlamentar por critérios de funcionalidade, agilidade, confiabilidade, eficiência técnica e melhoria dos padrões de qualidade. O Deputado brasileiro – basta analisar o volume e a expressão dos projetos que passaram por seu crivo, este ano – tem demonstrado alto interesse e engajamento na vida parlamentar.

Não merece, portanto, a pecha que lhe querem impingir, de vilão do processo político. O prestígio das instituições passa pelo prestígio dos parlamentares. Não é a toa que a Constituição, por exemplo, consagra a vitaliciedade dos juizes, mecanismo que lhes permite praticar a Justiça com imparcialidade, moralidade e equilíbrio. Não é a toa que o parlamentar é inviolável no exercício de seu mandato, o que lhes garante a segurança na construção de suas idéias e a firmeza na defesa de sua missão.

O achincalhe é um dos males de nossa cultura. Não se aperfeiçoa o sistema político usando o açoite de uma crítica freqüentemente injusta. Todo esforço deve ser efetuado para a valorização da atividade parlamentar. Esta valorização, repita-se, é a defesa mais clara da democracia.